



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 07/10/2014


1º Secretário

MENSAGEM Nº 58 /GG

Teresina (PI), 23 de SETEMBRO de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR PARCIALMENTE** o Projeto de Lei de **iniciativa do Poder Judiciário** que *"Inclui o inciso V no art. 66 e altera a redação do caput do art. 69 da Lei Complementar nº 115, de 25 de agosto de 2008, que disciplina o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí e dá outras providências"*, pelas razões a seguir espostas:

Conforme as razões adiante expostas, o veto incide sobre a redação proposta no art. 2º, deste Projeto de Lei, na forma que segue:

"Art. 2º Considerando o permissivo legal previsto no art. 93 da Lei Complementar nº 115, de 2008, que disciplina o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, o "caput" do art. 69, da Lei complementar 115, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 69. Ficam também transformados na carreira de Técnico Administrativo do grupo funcional de Técnico Judiciário, na forma dos arts. 11 e 12 e do Anexo I, os cargos da antiga Atividade Judiciária Intermediária - PJ/AI de Oficial Judiciário."

Esclarece-se que, na mesma sessão legislativa do dia 09 de setembro de 2014, foi aprovado o **Projeto de Lei ALP (GSM) Nº 302/2014**, que *"Inclui o inciso VI no art. 66 e altera a redação do caput do art. 69 da Lei Complementar nº 115, de 25 de agosto de 2008, que disciplina o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí e dá outras providências"*, de autoria também do Poder Judiciário, cujo art. 2º tem a seguinte redação:

"Art. 2º Considerando o permissivo legal previsto no art. 93 da Lei Complementar nº 115, de 2008, que disciplina o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, fica revogado o "caput" do art. 69".

Nota-se que ambos os projetos de lei possuem as mesmas disposições legais, como se vê em cópia anexa do Projeto de Lei ALP (GSM) Nº 301/2014. Diferenciam-se, tão-



TERESINA-PI, 24.09.2014.
Pelo Presidente do Poder Judiciário




Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

somente, porque o Projeto de Lei ALP (GSM) Nº 302/2014 revoga o *caput* do supracitado art. 69, da Lei Complementar nº 115, de 25 de agosto de 2008, que disciplina o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, enquanto que o Projeto de Lei ALP (GSM) Nº 301/2014 dá nova redação ao *caput* art. 69, gerando assim, duplicidade de projetos de leis com teor análogo.

Neste sentido, o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do Ofício nº 832/2014 – GT/TJPI, de 17 de setembro de 2014, assevera que, a fim de manter a unidade da legislação que disciplina o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, posiciona-se pela manutenção do art. 2º do Projeto AL-P (SGM) nº 302, no qual “fica revogado o *caput* do art. 69”, da Lei Complementar nº 115, de 25 de agosto de 2008.

Por todo o exposto, **em respeito aos princípios constitucionais no processo legislativo estadual**, resolvo **VETAR PARCIALMENTE** a redação proposta no art. 2º, deste Projeto de Lei.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar parcialmente a redação do art. 2º deste Projeto de Lei, as quais ora submeto a elevada apreciação dos Senhores membros dessa Assembleia Legislativa.

ANTÔNIO JOSÉ DE MORAES SOUZA FILHO
Governador do Estado do Piauí